

Tema 1: PROBLEMAS DE EDITORAÇÃO, DIVULGAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Problemas de editoração, divulgação, distribuição e comercialização das publicações do Ministério da Educação e Cultura

MOZART BAPTISTA BEMQUERER

Diretor-Geral do Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura.
Brasília, DF

Problemática do sistema editorial do Ministério da Educação e Cultura. Equacionamento da estrutura do sistema e soluções: racionalização e centralização das edições. Minimização dos custos de editoração e relacionamento entre a produção e a distribuição. Estabelecimento de fundo rotativo — caminho legal para a comercialização. Recursos para a divulgação através de fundos provenientes de publicidade.

Aspectos Gerais

Vivemos a plena era da comunicação. A humanidade sente necessidade de comunicar-se para se fazer entender. A aproximação e a expansão das atividades tipicamente humanas dependem igualmente, da comunicação, fator indispensável à própria sobrevivência do homem.

Apresentada sob as mais variadas formas, a comunicação representa um desafio constante. E o homem procura, a cada momento, aprimorá-la, adotando os mais diversos meios, que vão desde o sistema tradicional até aos domínios sofisticados da tecnologia.

E é sobre um dos mais tradicionais meios de comunicação que o homem continua a apoiar-se para atender à crescente necessidade de relacionar-se, de ultrapassar fronteiras.

Desde Gutenberg até a época em que vivemos, passando por uma imensa gama de técnicas de impressão, está o homem divulgando o fato, a notícia, a idéia pesquisada, o dado observado, a hipótese científica, o invento intuído ou deduzido. Todo esse manancial de informação é canalizado para as técnicas de impressão, que permitem uma veiculação imediata, graças a uma evolução que partiu de uma simples máquina manual instalada na Mogúncia até aos imensos complexos editoriais de hoje. Nem mesmo o advento de outros sofisticados meios de comunicação conseguiu minimizar a importância das técnicas de impressão.

Publicações Oficiais

Posta em destaque a importância dos sistemas editoriais, convém abordar agora os diversos aspectos que envolvem a problemática das publicações situadas no âmbito do Serviço Público.

Sua característica é especificamente a de refletir a pesquisa, as programações e as realizações governamentais ou nacionais, bem como a de documentar e difundir as tradições, o patrimônio e as manifestações culturais do País. Esse é o sentido que deve orientar os responsáveis pelas edições produzidas em nome do Poder Público, embora, muitas vezes, sejam seguidos caminhos diferentes, fugindo a uma finalidade que, ao contrário, deveria ser perseguida.

Sabemos que o problema das edições oficiais está entre as preocupações do Governo atual, e devemos ressaltar os esforços feitos por vários setores da administração federal nesse sentido. É de destacar-se a recente e providencial recomendação feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de seu Ministro Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, que consideramos como oportuna norma disciplinadora.

A realização deste Seminário evidencia uma preocupação pelos problemas das edições oficiais e uma busca de solução para os mesmos.

Ministério da Educação e Cultura

Particularizando o problema editorial ao âmbito do Ministério da Educação e Cultura, passaremos à apresentação de alguns tópicos para uma compreensão global do assunto.

Já há algum tempo, o Ministério da Educação e Cultura sentiu a inadiável necessidade de equacionar o problema e buscar as soluções exigidas pela situação imperante àquela época.

Estudos foram iniciados visando ao estabelecimento de normas que conduzissem a uma racionalização e centralização das edições. Instituiu-se, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Diretoria de Documentação e Divulgação, como órgão centralizador das atividades decorrentes dos estudos efetuados. Procurou-se dinamizar as atividades de documentação e divulgação. Esforços foram desenvolvidos no sentido de aparelhar gradativamente os dois setores, a fim de que os objetivos previstos pudessem ser realmente atingidos.

Na área da divulgação, e considerando-se os elevados custos, a falta de critério técnico e a multiplicidade de edições, foram concentradas todas as atenções visando ao estabelecimento de um disciplinado sistema editorial. A multiplicidade de publicações até então existente exigiu a instituição de um programa editorial que disciplinasse o assunto, criando condições racionais para a edição de publicações periódicas e traçando normas sobre publicações avulsas. O Ministério da Educação e Cultura reduziu, assim, um grande número de edições periódicas e passou a produzir exclusivamente as peças necessárias à cobertura das áreas da educação e cultura. E como se tratava de uma fase experimental e de uma inovação centralizadora, ainda inédita no Serviço Público, foram reconhecidos como necessários alguns acréscimos, algumas adaptações e exclusões. Hoje, a edição de quatro periódicos permite uma adequada cobertura às atividades do Ministério da Educação e Cultura.

A revista **Educação**, retratando todo o movimento educacional do País, se constitui num instrumento indispensável aos educadores, alunos e a todos os que vivem o momento da reforma educacional brasileira. Nela estão presentes os grandes nomes ligados ao processo educacional. A **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos** analisa a importância da cultura física e suas implicações na vida humana, dentro de modernas perspectivas. A revista **Documenta** focaliza a legislação de ensino e publica na íntegra todos os pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação. É uma peça indispensável à biblioteca de todo estabelecimento de ensino. A revista **Cultura** divulga o movimento cultural brasileiro através de trabalhos sobre cinema, teatro, artes plásticas, literatura, música e folclore.

Como estímulo a um programa que se iniciava e que representava uma total reformulação dos critérios até então adotados, pronunciamentos foram feitos por altas personalidades ligadas à educação e à cultura. Paralelamente a essas manifestações de incentivo feitas por brasileiros e estrangeiros devotados à causa da educação e da cultura, também foram gratificantes as apreciações feitas por pro

fessores e alunos e pelo público em geral, manifestações essas advindas de todos os recantos.

Para o Ministério isso não significou uma parada nos esforços que vinham sendo desenvolvidos; muito pelo contrário, incentivou-nos sempre a perseguir os objetivos propostos. E alguns acontecimentos históricos ou alguns fatos educacionais ou culturais receberam a homenagem das revistas **Cultura** e **Educação**, através do lançamento de números especiais. Assim é que, no Sesquicentenário da Independência, um número especial de **Cultura** reuniu os maiores nomes da cultura brasileira e da cultura portuguesa, bem como o Centenário de Nascimento de Alberto Santos-Dumont mereceu uma edição especial. Também o Cinquentenário da Semana da Arte Moderna foi destacado com um número especial de **Cultura**. A revista **Educação** prestou sua homenagem ao livro, por ocasião do Ano Internacional do Livro.

E, mais recentemente, o Sr. Ministro da Educação e Cultura, acolhendo as justificativas do órgão interessado e o pronunciamento favorável do órgão centralizador, houve por bem autorizar o restabelecimento da edição da **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**.

Recomendou também o Sr. Ministro da Educação e Cultura a instituição de um periódico para divulgar os programas do Ministério da Educação e Cultura visando a estabelecer uma perfeita integração entre seus vários setores e demais entidades envolvidas no processo educacional e cultural do País.

Estudos estão sendo desenvolvidos no sentido da instituição, necessariamente disciplinada, de periódicos que complementem o atendimento da área da educação e da cultura, inclusive quanto à parte bibliográfica.

Além desses periódicos, de exclusiva edição do órgão centralizador do sistema, era de fundamental importância que também as edições avulsas, produzidas no interesse das atividades dos vários órgãos do Ministério, fossem incluídas no mesmo sistema racional de edições, para evitar-se a dispersão de recursos.

Instruções foram enviadas a cada órgão, e uma estrutura de apoio cuidadosamente estabelecida assegurava a regularidade das edições avulsas de caráter educacionais e cultural. Não se negava ao órgão interessado a prerrogativa da produção editorial exigida pela sua atividade. Mas as normas disciplinadoras deveriam ser seguidas.

Devido à persistência imposta pela necessidade de racionalização, os vários órgãos do Ministério da Educação e Cultura foram constatando as vantagens e a conveniência da adesão ao sistema. E, hoje, o Ministério da Educação e Cultura dispõe de uma estrutura que permite uma centralização quase total de seus programas editoriais.

Essa centralização encontrou as dificuldades próprias de qualquer inovação, principalmente pela impossibilidade legal de centralizarem-se os orçamentos destinados aos custos editoriais, pela inexistência de rubrica própria no orçamento geral da União.

Os custos de editoração são regularmente atendidos com recursos que são globalizados no elemento de despesa classificado como “Outros Serviços de Terceiros”, por onde são atendidas as mais variadas despesas. Ainda assim, através de sucessivas recomendações, procurou-se instituir um sistema realmente centralizado.

Para atender a uma regularidade de edições, no que se refere tanto à produção de periódicos como à produção e assistência técnica aos órgãos do Ministério, relativamente às edições avulsas, era indispensável que se estabelecesse, além dos componentes estruturais do órgão centralizador, uma linha de equipamentos como suporte às condições técnicas exigidas.

A par disso, fazia-se necessária uma redução dos custos gráficos compatível com a realidade orçamentária, o que se tornou possível mediante apoio de forma consciente do próprio Ministério, que possibilitou a implantação gradativa dos vários setores que compõem a estrutura do órgão centralizador, hoje já em nível de Departamento, e voltado para o planejamento, execução e aferição dos resultados.

Todas essas iniciativas pressupunham a exigência de equipe altamente especializada para que se obtivesse como resultado um alto padrão de conteúdo e uma excelente apresentação gráfica para edições programadas.

A fase de planejamento é atendida por uma equipe especializada, que pesquisa o processo educacional do País, bem como seus aspectos e manifestações culturais, para que, através de grandes nomes ligados à educação e à cultura, seja assegurado um alto padrão ao conteúdo a ser publicado.

Uma equipe de tradutores assegura uma melhor veiculação internacional através de resumos em inglês, francês e espanhol. Uma equipe de revisão zela pelos aspectos linguísticos e estilísticos dos textos produzidos.

Instalou-se, mediante financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um sofisticado equipamento de composição, constituído de máquinas gravadoras e dos componentes que permitem uma alta qualidade para a impressão dos textos. Assim, são oferecidas as condições para montagem e arte-final de cada peça produzida. Um setor de arte, devidamente equipado e contando com pessoal altamente especializado, garante as condições técnicas necessárias a uma alta qualidade de impressão. Além disso, um laboratório fotográfico executa todas as tarefas de reprodução, redução ou ampliação necessárias à adequada produção da arte-final.

Assim, Senhoras e Senhores, o próprio Ministério da Educação e Cultura pode oferecer à empresa privada as condições necessárias a assegurar uma rápida e apropriada impressão.

Distribuição

Estabelecida a estrutura editorial e implantado o sistema regular de produção, voltou-se o Ministério da Educação e Cultura para os estudos necessários a instituir os meios e instrumentos que permitissem levar cada exemplar produzido aonde ele realmente devesse chegar.

Era indispensável que uma estrutura fosse estabelecida para que não se perdesse todo o resultado das etapas vencidas nas fases anteriores da programação global.

Adquiriu-se o equipamento necessário, cuidou-se de instalações adequadas e recrutou-se o pessoal especializado. Assegurou-se, assim, um fluxo contínuo de distribuição, e as peças editadas começaram a chegar a todos os recantos do País e do exterior. Representaria essa providência uma intromissão do Ministério onde deveria atuar a empresa privada? Não.

Essa distribuição é feita exatamente com a utilização da empresa privada, complementando-se com os sistemas oferecidos pelos órgãos governamentais. Enfim, o que faz o Ministério da Educação e Cultura, através de sua estrutura de distribuição, é o planejamento e o controle dos resultados dos meios e sistemas utilizados.

Uniram-se esforços do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério das Relações Exteriores para que essas edições pudessem chegar às nossas embaixadas e consulados em todo o mundo. O Mi-

nistério da Educação e Cultura divulgando aspectos educacionais e culturais do País, e o Ministério das Relações Exteriores levando essas edições através de sua mala diplomática, como uma imagem positiva do Brasil no exterior.

Havia a preocupação de um estreito relacionamento entre a produção e a distribuição. Era necessário que cada peça produzida tivesse como objetivo final a difusão adequada dos temas abordados.

Um exemplo dessa preocupação foi a adoção de uma forma singular de intercâmbio através de alguns números da revista **Cultura**. Esta, ao mesmo tempo que retrata a cultura do País através de artigos sobre artes plásticas, cinema, museus, literatura, folclore, música e cultura geral, divulga também, em cada número, um aspecto da cultura de outra nação, através de colaboração obtida por via diplomática .

Assim, quando cada país é motivado a adquirir a revista que focaliza um aspecto ou aspectos de sua cultura, é levado, simultânea e consequentemente, a adquirir informações sobre os vários aspectos da cultura brasileira, levados no bojo da mesma revista.

Comercialização

Uma nova preocupação justificou o desenvolvimento de novos estudos por parte do Ministério da Educação e Cultura. Era necessário, e mesmo fundamental, que se procurasse minimizar os custos de editoração e distribuição. Buscamos as alternativas que permitissem adequada solução para o problema. Duas medidas foram indicadas na conclusão dos estudos. A primeira refere-se à implantação de um sistema de comercialização, e a segunda, à inserção de publicidade nas edições programadas. A primeira, adotada imediatamente, já apresenta resultados que podem ser hoje analisados; a segunda, somente agora está sendo implantada, e seus resultados só mais tarde poderão ser avaliados. Quanto à comercialização, adotou o Ministério o sistema de venda avulsa e assinatura de suas edições.

As maiores dificuldades foram encontradas para se obter o caminho legal que permitisse o retorno dos recursos investidos. Era necessário formar-se um fundo rotativo, porque, mesmo não sendo de grande monta, pelo menos inicialmente, os recursos precisavam retornar para nova aplicação. Estabeleceu-se, então, um convênio de financiamento ao programa editorial através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Por outro lado, todo o resultado do movimento de comercialização era diretamente encaminhado àquele

órgão, assegurando a rotatividade necessária. Faltava, somente, estabelecer-se a estrutura de comercialização propriamente dita, já que a forma legal havia sido encontrada.

Mais uma vez, fez-se necessária a presença dos setores específicos da empresa privada. E, mais uma vez, a presença do Governo se fazia necessária, em caráter supletivo. Estabelecido um contrato-padrão, foi o mesmo oferecido, indistintamente, às empresas especializadas. Conseguiu-se assim, uma cobertura nacional para o sistema de distribuição e, hoje, nas capitais de todos os Estados e em várias cidades do interior, as publicações do Ministério da Educação e Cultura podem ser encontradas. A presença do Governo se verifica através de postos da Fundação Nacional de Material Escolar. Tanto essa Fundação como as empresas particulares recebem uma cota de publicações para venda avulsa e os formulários e demais impressos necessários à obtenção de assinaturas. Os resultados financeiros são depositados no Banco do Brasil, em conta especial em nome do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os depósitos podem ser feitos em qualquer agência do Banco do Brasil em todo o País. E onde não há agência do Banco oficial, os depósitos são feitos na rede bancária particular, para transferência a crédito no Banco do Brasil.

Os formulários de assinatura são enviados diretamente ao Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura, juntamente com os comprovantes do depósito bancário, e é então iniciada a remessa regular ao assinante das publicações obtidas, dentro do sistema. Esses formulários são impressos em quatro idiomas.

Conseguiu-se, assim, o resultado programado: primeiro, colocar as edições do Ministério ao alcance de todos: professores, alunos, homens de cultura, estabelecimento de ensino, entidades culturais e público em geral; segundo, estabelecer o fundo rotativo, que, com o tempo, estará assegurando a continuidade do programa, com vistas à sua auto-suficiência.

Sabemos da existência de algumas falhas no sistema. Essas falhas estão sendo observadas e corrigidas permanentemente. Não temos a ilusão da solução total, perfeita, intocável. Mas temos a certeza de que o esforço nos conduz nessa direção. Esse esforço vem-se desenvolvendo através do atendimento às várias etapas de um sistema em plena evolução.

Uma delas, que consideramos necessário atender, é a adoção das normas técnicas recomendadas pela Associação Brasileira de Nor-

mas Técnicas: para tanto, procuramos vincular o programa editorial àquela entidade. Esperamos que dessa vinculação advenham resultados para um maior aprimoramento técnico das edições futuras.

Podemos considerar, ainda, que, por circunstâncias características de um sistema em implantação, as edições do Ministério têm uma circulação que não atingiu totalmente seu principal objetivo, qual seja, uma difusão em larga escala da educação e da cultura do País.

A solução será uma intensa divulgação do programa editorial, o que será possibilitado através de parte dos recursos provenientes de publicidade nas edições programadas. Assim, ainda com vistas a essa maior difusão, estudos estão sendo desenvolvidos visando a uma elevação das tiragens atuais, o que permitirá um preço de venda mais acessível.

Além da gerência do Programa Editorial, o Departamento de Documentação e Divulgação incumbe-se, no Ministério da Educação e Cultura, de atender às recomendações globais do Governo relativamente às publicações oficiais. A Circular nº 8, de 5-11-74, do Exmo. Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, transmitiu aos órgãos da Administração Federal os procedimentos a serem adotados para edição de periódicos no âmbito do Serviço Público.

Apressou-se então o Departamento de Documentação e Divulgação, na qualidade de órgão centralizador dessas atividades na área do Ministério da Educação e Cultura, em levar à assinatura do Exmo. Senhor Ministro de Estado os instrumentos disciplinadores das edições oficiais do Ministério, incluindo-se, nesses instrumentos, normas que habilitassem reunir os dados necessários, para remessa trimestral, na forma recomendada pela referida Circular.

E, nessa oportunidade, procurou-se disciplinar também as edições dos órgãos da administração indireta vinculados ao Ministério da Educação. A esses órgãos foram enviadas instruções, para que seus programas editoriais seguissem os mesmos critérios adotados pela administração direta e para que enviassem dados e informações ao Departamento de Documentação e Divulgação. Assim, o Ministério da Educação e Cultura procurou estabelecer uma estrutura que nos parece corresponder aos objetivos propostos e que está aberta à análise e à apreciação de todos, visando a uma troca de experiências.

Acreditamos que, com as correções que o tempo vai indicando e sugerindo e com a persistência e preparo técnico de uma equipe entrosada e voltada para a problemática das edições oficiais, estará

decretado o fim dos arcaicos sistemas que imperavam no Ministério, há bem pouco tempo.

E a cultura brasileira, em todos os seus aspectos e manifestações, os programas educacionais do País e toda a sua envolvência nos problemas da comunidade nacional estarão sendo difundidos dentro de técnicas modernas e racionais.

É a utilização do mais tradicional sistema de comunicação, partindo de uma simples máquina manual e chegando aos complexos sistemas editoriais permitidos pela tecnologia.

É a imagem do País ultrapassando fronteiras e penetrando a fundo em outras nações, estabelecendo-se o elo cultural, altamente benéfico a todos os povos.

É a predominância da disciplina administrativa assegurando o desenvolvimento dos programas do Governo.

É, enfim, o Brasil de hoje.

Abstract

Problems related to the production and distribution of the publications of the Ministério da Educação e Cultura. Describes the structure of the editorial system and problems of distribution in the country and abroad. Solutions found to minimize costs and increase efficiency include rationalization of practices, and funding through sales and inclusion of advertisements.